

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CERVO, Amado Luiz. Amado Luiz Cervo (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Amado Luiz Cervo
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Celso Castro;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 27/07/2017 a 27/07/2017

Duração: 1h 30min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Agricultura; América Latina; Anos 1970; Ásia; Atividade acadêmica; Bolsa de estudo; Brasil; Brasília; Ciência política; Colonização; Diplomacia; Documentação; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Ensino superior; Espanha; Família; Formação escolar; França; Getúlio Vargas; História; Imigração; Intelectuais; Itália; Língua estrangeira; Magistério; Marrocos; Metodologia de pesquisa; Ministério das Relações Exteriores; Movimento estudantil; Obras de referência; Países desenvolvidos; Política; Pós - graduação; Relações internacionais; Rússia; Universidade de Brasília;

Sumário

Entrevista: 27.07.2017

Origens: origens familiares e descendência italiana; imigração para o Brasil no final do século XIX; formação educacional; graduação em filosofia; ida à França; atuação política estudantil no centro acadêmico; aprendizado da língua francesa; bolsas conseguidas durante a graduação; graduação em história e viagens: acompanhamento dos acontecimentos do cenário político no Brasil; graduação em história; campo de estudo de relações internacionais; escolha da tese de doutorado; acervo espanhol e filosofia política sobre a conquista da América; viagens e ida para a Rússia soviética; viagens a Marrocos; retorno ao Brasil em 1970; trabalho na universidade; ida à Brasília e vida docente: ida à Brasília; ingresso como docente na UnB (Universidade de Brasília); construção do corpo de professores; disciplina história diplomática; convite para lecionar no Itamaraty; política externa brasileira como objeto de pesquisa; papel do acadêmico na vida pública; meio acadêmico e relações internacionais: Acervo de arquivos e documentação para a pesquisa em história da política exterior; investigações das fontes e metodologias de trabalhos; conexão com o mundo acadêmico; espaço das relações internacionais em simpósios nacionais de história antes da criação da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais); criação do grupo de história das relações internacionais; unidades de história e ciência política nas relações internacionais da UnB; ampliação dos cursos de relações internacionais no Brasil; desenvolvimento do Brasil e produção acadêmica: influências da política brasileira no trabalho acadêmico; Getúlio Vargas e modernização do Brasil; Embrapa e desenvolvimento tecnológico na área agrícola; produção de conhecimento novo nos cursos de relações internacionais; demandas acadêmicas; teoria nas relações internacionais: escola brasileira de relações internacionais e características; teorias das relações internacionais e crítica ao universalismo como modelo tradicional; movimento do BRICS e decadência; choque de teorias sistêmicas; mundo acadêmico das relações internacionais: principais interlocutores intelectuais/acadêmicos internacionais; internacionalização das relações internacionais; abertura do mundo acadêmico brasileiro; poucas conexões com a Ásia; principais interlocutores nacionais; participação na ABRI; publicações acadêmicas: livros importantes para o estudo das Relações Internacionais; América Latina e o mundo desenvolvido; escrita do livro Metodologia Científica; publicações da UnB.

Entrevista: 27/7/2017

Celso Castro – Professor, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito o convite para participar desse nosso projeto. E eu gostaria de começar pedindo para o senhor falar um pouco da sua família, da sua infância, da sua formação escolar antes, ainda, da universidade. O senhor é de Cachoeira do Sul.

Amado Cervo – Cachoeira do Sul.

C. C. – Rio Grande do Sul.

A. C. – É. Eu sou de origem italiana. Nasci... Vale Veronese, eles chamaram. É um lugar muito bonito; perto de Santa Maria, cerca de 50 quilômetros de Santa Maria, indo na direção de Porto Alegre, depois sobe as montanhas. E lá se aglomeraram vários italianos imigrantes do fim do século XIX. E inclusive a minha família, meus avós, bisavós, por parte de pai e de mãe. Eles gostaram muito porque era muito parecido com a Itália do Norte, cheio de montanhas; um vale rodeado de montanhas dos dois lados e na saída. E eles ficaram lá. Eu nasci lá, mas eu só fiz nascer. Depois eu fui a Santa Rosa. Meu pai comprou terras em Santa Rosa. Ele era um colono forte, colono trabalhador, gostava de produzir filhos para ajudar na roça. Ele tinha fábrica... alambique, fábrica de cachaça, fábrica de telha, de tijolo, olaria, e produzia muita soja, produzia... criava porcos, um pouco de vacas; e o essencial era a roça mesmo: milho, trigo, a soja; e tirava alguma madeira do mato, quando tinha necessidade premente de dinheiro, e vendia as madeiras. Assim foi. Eu fiquei lá até onze, doze anos. Meu primeiro trabalho foi fabricar cachaça, carregar o bagaço da cana-de-açúcar. [riso] Eu achava... Eu achei uma infância, assim, muito natural, muito dentro da natureza. A gente não tinha uma vida monetária nem urbana. Era aquela vida lá. Meu pai reunia seus irmãos, seus amigos, frequentemente. Ele

produzia muito vinho também. Aí eles bebiam vinho e cantavam canções italianas, que eram muito lindas. Até hoje, ainda, eu me lembro de algumas.

C. C. – Seus pais, ambos nasceram na Itália?

A. C. – Não. Os meus pais nasceram no Brasil. Meus avós é que vieram da Itália, nasceram na Itália.

C. C. – E eles vieram por que motivo?

A. C. – Ah. Aquele programa de emigração. Havia excedentes populacionais na Itália, na Europa toda, naquela época, fim do século XIX. E aqui, eram terras ainda muito abertas e abundantes, então... Eles procuravam a terra, sobretudo os italianos; os alemães também, que foram para o Rio Grande do Sul, poloneses. Sobretudo esses.

C. C. – E o senhor ficou morando lá até quando? O senhor falou que ficou onze, doze anos lá.

A. C. – É. Depois eu fui a Frederico Westphalen. Uma cidadezinha pequena, no Rio Grande do Sul também.

C. C. – Seus pais se mudaram para lá?

A. C. – Sim, se mudaram para lá. Depois eles se mudaram para Júlio de Castilhos. Eles pareciam meio ciganos. Júlio de Castilhos. Também, quando meu pai ficou... ficou, assim, meio inabilitado para o trabalho pesado da roça, e os filhos fugiam de casa, iam estudar, iam para cá e para lá, iam para colégios, internatos ou seminários, e coisas assim. E era realmente, nos anos 1940, 1950, era a maneira de você ter uma boa educação. Uma boa educação. Os internatos, os colégios. E assim, os pais ficaram sós e procuraram um pequeno negócio em outros lugares. Júlio de Castilhos... Frederico Westphalen, Júlio de Castilhos, depois... Santa Maria não. É. É por aí. Meus pais morreram em Júlio de Castilhos.

C. C. – E o senhor estudou em que colégios?

A. C. – Olha. Quando eu cheguei a Frederico Westphalen, tinha um colégio muito bonito perto da minha casa. Era um seminário – de crianças. “Ah. Eu quero estudar lá”. Eu fui estudar

lá. [riso] Eu achei bom. Foi muito bom. Então, eu estive em internato durante todo o meu curso de segundo grau, que era o ginásio, que chamavam, na época; depois o científico. Quando eu terminei isso, eu fui para... para a França. Havia começado os estudos superiores, a graduação, mas eu logo abandonei. Era 1964, eu estava meio metido lá no centro acadêmico, eu fiquei um pouco com medo – “eu vou me picar para a França”. Eu tinha um amigo meu que recebeu uma bolsa... Eu não recebi. Meu irmão me pagou a viagem de navio, dezesseis dias, de Santos ao Havre. E eu fui lá, eu trabalhei e comecei a estudar, então, na Universidade de Estrasburgo.

C. C. – Mas antes disso, o senhor começou a graduação foi em filosofia.

A. C. – Filosofia.

C. C. – Onde?

A. C. – Em Viamão. Numa faculdade de filosofia de Viamão.

C. C. – Em que ano? 1964?

A. C. – Acho que foi em 1963. 1962 ou 63, porque em 1964 eu fui para a França.

C. C. – O senhor fez, então, dois anos.

A. C. – É. Eu não completei, não. Eu cheguei lá, eu tive que revalidar meus diplomas de segunda grau, para ingressar na universidade. Aí eu fiquei seis anos na universidade.

C. C. – Por que a escolha por filosofia?

A. C. – Não sei. Simplesmente, oportunidade. Oportunidade. Assim foi, eu acho que em grande medida, a minha vida toda. As oportunidades foram aparecendo e eu fui aproveitando essas oportunidades. Naquela época, não havia muita oportunidade, então... Não sei. Eu acho que foi muita sorte também.

C. C. – O senhor mencionou essa atuação política estudantil.

A. C. – 1964. Eu trabalhava num centro acadêmico, um pouco ativo lá no centro acadêmico, e quando veio a revolução, eu sei que havia muita agitação, e um colega meu recebeu uma bolsa, que era um amigo meu, eu digo: “eu vou com você”. E fui. Perdi para o

meu irmão me pagar o bilhete. Eu tinha conseguido uma matrícula na Universidade de Estrasburgo, porque é uma universidade pública e gratuita, eu consegui, então... Eu acho que foi muita sorte.

C. C. – Mas o senhor não tinha nenhum contato dentro da universidade.

A. C. – Não. Antes, não. Não, não havia nenhum.

C. C. – Só para perguntar. Em 1964, o senhor chegou a sentir receio de ser...?

A. C. – Não muito. Mas eu acho que o que me fez decidir foi meu amigo que recebeu uma bolsa. E eu... Ora, eu digo, eu vou junto. Eu falei com meu irmão, [ele] pagou o bilhete de navio, e eu fui. Eu tinha conseguido justamente a matrícula lá na universidade.

C. C. – E o senhor chegou ainda em 1964.

A. C. – Cheguei em 1964. Foi para o início do curso. Depois do verão de 1964, e portanto, em agosto, setembro, eu iniciei o curso na universidade.

C. C. – O senhor já falava bem francês?

A. C. – Não. Eu só conhecia o francês que eu havia estudado no segundo grau; mas, naquela época, a gente estudava uma língua e aprendia bastante da língua. Não havia essa grande moda de estudar somente inglês. Não. Estudava-se francês também. Eu estudei francês no segundo grau e aí eu fui treinando bastante, na viagem, inclusive, ia estudando mais. A gramática francesa é uma gramática simples, como a inglesa, também, é uma gramática simples. E eu passei por aquelas três etapas, eu creio, da aprendizagem e domínio de uma língua estrangeira, inclusive para expressar um pensamento e as ideias, que a primeira é a compreensão – você começa entendendo o que os outros falam naquela língua; a segunda é a expressão – você começa a falar e começa a dominar a língua falada; e a terceira é a escrita,

que... Aí sim, expressar o pensamento, escrever direitinho, usar a estrutura linguística do país, da própria língua, essas três etapas, isso eu acho que eu venci nuns dois anos.

C. C. – É. E os franceses são muito ciosos da sua língua. Naquela época, mais ainda, provavelmente.

A. C. – Sim. É.

C. C. – O senhor disse que não tinha bolsa. O senhor chegou, foi morar onde?

A. C. – Eu fui morar numa casa de estudante. Havia isso, na Universidade de Estrasburgo, havia uma *cit  universitaire*, que eles chamavam. Uma casa de estudante. Eu tinha acesso ao restaurante universitário, praticamente não pagava quase nada, a universidade era gratuita, então eu não tive problemas. Mas no fim do primeiro ano, eu fui... parece que eu fui um bom aluno l  da faculdade, eu ganhei tr s bolsas: uma bolsa do governo francês, que era a mais importante, uma bolsa do Itamaraty, que ele dava quando um aluno brasileiro era bolsista de um outro país, e uma bolsa de uma institui o alemã, meio... uma institui o assim de ajuda, e eu ganhei tr s bolsas, fiquei podre de rico. [riso] No fim do primeiro ano. Aí eu... pronto – nunca mais tive problema de sustenta o. Inclusive me casei, enquanto eu estudava l , me casei, tive um filho.

C. C. – A sua esposa era de onde?

A. C. – Era marroquina. A gente se conheceu em restaurantes universitários.

C. C. – Ela fazia o curso de?...

A. C. – Letras. Linguística.

C. C. – Era nascida no Marrocos?

A. C. – Nascida no Marrocos.

C. C. – Qual o nome dela?

A. C. – Irene [Ireme]. [Ireme] Serrero. Era de uma grande família tradicional judia do Marrocos. E eles estudavam muito na França, o Marrocos havia sido uma col nia francesa,

então ela já dominava perfeitamente o francês; era muito inteligente. E nós nos conhecemos lá, nos casamos, tive minha primeira filha em Estrasburgo, que veio para cá. Depois, ela também veio para cá. Quando eu terminei meus estudos em 1970, ela veio comigo. Ficou morando muitos anos em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, que eu fui para lá.

C. C. – O senhor acompanhava os acontecimentos no Brasil, o cenário político?

A. C. – Só via *Le Monde*, aquele jornal importante francês. Eu tinha uma assinatura, então eu lia *Le Monde* todos os dias. E eu me lembro muito bem que, quando em voltei em 1970, aqui era o governo Médici, e havia uma associação de duas palavras na imprensa francesa: Brasil–tortura, Brasil–tortura. Eu fiquei apavorado! Tive um medo, quando eu voltei, em 1970. Mas eu queria voltar para cá. Nunca vim, durante seis anos. Eu queria ver minha família, queria ver as possibilidades. Mas eu não tinha nenhuma... nada concreto. Nenhuma perspectiva. E eu me lembro, quando eu cheguei, eu tive que me apresentar, inclusive, para fazer o serviço militar – me apresentar às minhas obrigações militares, eu não tinha –, e eu falei isso lá para o comandante que me entrevistou, disse: “olha, eu cheguei aqui com muito medo, porque falava aqui, Brasil–tortura, Brasil–tortura”. Eu sei que ele ria, ria. Até ele me pediu instruções para dar... Ele ia dar uma conferência em Porto Alegre. Como associar, como vincular a dispensa do serviço militar a uma atividade cultural. A França tinha muito isso. Ela sabia dispensar do serviço militar para fazer uma obra cultural, nos outros países inclusive. Ele queria falar um pouco dessa experiência francesa que eu conhecia. Bom. Aí o meu medo acabou. [riso]

C. C. – Mas o senhor foi dispensado.

A. C. – Fui. Claro. [riso]

C. C. – Mas eu queria lhe perguntar um pouco mais sobre a sua experiência no estudo lá onde o senhor fez a graduação e depois o mestrado.

A. C. – Eu fiz a graduação em história.

C. C. – Por que em história?

A. C. – Não. Foi... Eu saí da filosofia, tinha até começado uma faculdade lá de teologia, que fornecia bolsas e tal, mas... (eu terminei, inclusive, esse curso), mas eu fiz história; depois,

eu fiz o mestrado em história e o doutorado em história, então a minha formação é realmente de história. A minha tese de doutorado foi sobre a conquista espanhola da América, que eu publiquei, *Contato entre Civilizações: conquista [e colonização] espanhola[s] da América*. E eu acho que foi... O estudo lá foi esse. A Universidade de Estrasburgo é muito boa. A França sempre investiu muito nessa universidade, porque ela está ali na fronteira com a Alemanha, então queria fazer uma espécie de irradiação cultural sobre a população, que é de origem germana, a população da Alsácia era de origem germana. Eu me lembro que eles gostavam muito da França, mas eles eram meio alemães, de etnia germânica. Eles gostavam muito da França. Mas então, a França investia muito culturalmente, fazia uma universidade muito forte. E até hoje é uma grande universidade.

C. C. – Tem uma tradição, também, muito forte, de relações internacionais. Renovação. O senhor é, geralmente, citado como expoente, no Brasil, dessa tradição. Renouvin, Duroselle. Como é que o senhor tomou contato com essa tradição lá? E o que marcou mais intelectualmente?

A. C. – Foi mais pelo interesse do estudo, porque... quer dizer, eu estou aqui na França, não é o meu país, eu vou estudar o mundo, o mundo... Não emergia... Já emergia Renouvin e Duroselle, o grupo de Paris, da escola francesa de relações internacionais, já era conhecido na época. Eu lia muito aquelas obras, inclusive para a minha própria tese, para os estudos, e aí eu fui me dirigindo a esse campo de estudo de relações internacionais, história de relações internacionais. Nunca mais abandonei. Eu achei que isso... Eu gostei muito desse trabalho. Mas eu creio que, um pouco, o que me levou a isso foram as circunstâncias da minha vida.

C. C. – Qual era o tema da sua tese de doutorado? Da América. Como é que surgiu? O senhor quis ou o orientador sugeriu? Foi uma oportunidade?

A. C. – Não. Fui eu que escolhi. Porque... vamos dizer, eu vou estudar as relações da Europa com a América, já que eu venho de lá. E o outro fator muito importante foi um acervo de documentos primários, de cópias de documentos primários que havia na *biblioteca universitária de Estrasburgo*. Na *Bibliothèque Nationale et Universitaire de Strasbourg*, havia um acervo fantástico, espanhol, sobre a conquista a América, sobre os debates que houve no século XVI, XV e XVI, sobretudo no século XVI, acerca da filosofia política, digamos, da

conquista da América. Os espanhóis saíam em nome de Deus e do rei, conquistar terras, dominar terras, impor a sua cultura e o cristianismo. Então eu achei essa filosofia política muito interessante de aprofundar, porque ninguém havia feito isso. Havia alguns estudos, é claro. Mas eu queria, especificamente, ver o que é que comandava o pensamento, os objetivos, as estratégias da Espanha, para a conquista e dominação da América. E foi isso que me motivou; mas, sobretudo, o acervo documental primário que eu encontrei na biblioteca.

C. C. – Nesse período, o senhor viajou ou pesquisou, também, outros países na Europa?

A. C. – Não. Eu só viajei nas férias. [riso]

C. C. – Como turista.

A. C. – É. Exatamente. Aliás, viajei muito. Porque era tradição dos estudantes naquela época, nos anos 1960, trabalhar dois meses... havia quatro meses de férias – eu trabalhava dois meses, trabalhava ou num restaurante ou trabalhava num supermercado... não – num *grand magasin* de Paris, por exemplo, a Samaritaine, trabalhei dois anos lá, e depois... aí eu consegui algum dinheiro e eu... íamos viajar. Os estudantes viajavam. Eu fui até a Rússia soviética, até Moscou, passei pela Iugoslávia...

C. C. – Em que ano o senhor foi a Moscou?

A. C. – Eu acho que em 1967.

C. C. – Qual foi a sua impressão?

A. C. – Muito boa. [riso] Você sabe, todo estudante tem um pouco ideias assim meio esquerdistas, socialistas, tem, pelo menos, uma simpatia. E eu queria ir lá. Eu quero ver o que é que é o comunismo, o socialismo. E viajei. Achei muito interessante, porque havia coisas específicas, de hábitos sociais, costumes etc.. Eu chegava num... Eu fui de carro, com uns amigos estudantes. Saímos de Estrasburgo, atravessamos a Europa, entramos pelo sul da União Soviética, os [goroltes], Ucrânia, e depois fomos até Moscou. E havia hábitos tão interessantes, que eu achava que, aqui, não havia: você ia comer num restaurante, havia uma dificuldade para pagar. “Não, não é para pagar, não”. Eu achava bem estranho. Colocar gasolina no carro – “não, não precisa pagar, não”. Era uma dificuldade pagar o consumo das coisas lá. Quer dizer,

era bem comunismo mesmo. Eles tinham aquelas organizações regionais. E assim foi. Eu fiquei muito bem impressionado. Fiquei muito bem impressionado. Eu não conhecia bem como se administrava aquilo, de parte do Estado, qual era o papel do Estado, como é que reagia a sociedade, na época; mas, em todo caso, eu tive uma impressão muito positiva.

C. C. – Uma curiosidade. O Marrocos, o senhor visitou?

A. C. – Visitei várias vezes. Marrocos era um país de turismo, sobretudo aquelas praias – Tânger, aqui no Mediterrâneo, perto de Gibraltar, que a família da minha esposa estava lá, então... E eles moravam em Fez. E a gente se encontrava muito naquelas praias lá. Marrocos. Era outra sociedade, outro país, outro mundo.

C. C. – Bom. O senhor retorna ao Brasil em 1970, não é isso?

A. C. – Em 1970.

C. C. – E aí vai para Passo Fundo. Fica como professor da universidade.

A. C. – Passo Fundo. Exato.

C. C. – No Departamento de História.

A. C. – Departamento de História.

C. C. – E, Passo Fundo, por quê? Surgiu alguma oportunidade?

A. C. – Não. Só porque a minha família morava lá. Os meus pais ainda eram vivos.

C. C. – Estavam em Passo Fundo.

A. C. – Nessa época, eles moravam em Passo Fundo. Eu lhe falei que eles eram meio ciganos. Eles gostavam de andar para cá e para lá. Então o meu pai quando saiu de Júlio de Castilhos, ele comprou um pequeno hotel em... Não, não. Perdão. Eu estou falando em Frederico Westphalen. Em Passo Fundo, uma pequena casinha lá. E, realmente, eu cheguei lá para visitar meus pais, meus irmãos que estavam por lá, e chegou um professor lá, da universidade, “o senhor que trabalhar na universidade?” – “Claro que eu quero”. Porque na França, você se forma doutor, você vai ser porteiro de hotel. Na minha época era porteiro de

hotel, vai ser não sei o quê; mas nunca você consegue um emprego naquela habilitação profissional que você conseguiu. E eu me lembro que eu escrevi lá para os meus professores e colegas... “Meu Deus! Mas o Amado já é professor de universidade!” [riso] Eu também fiquei muito impressionado, e feliz, com isso. Eu quero, sim. Comecei a trabalhar lá, então.

C. C. – Devia ser escasso o número de doutores.

A. C. – Muito. Muito, muito, muito. Naquela época, havia uma competição entre as universidades pelos doutores disponíveis.

C. C. – Você tinha trinta anos? Ou menos de trinta anos.

A. C. – Vinte e nove.

C. C. – Vinte e nove anos. Um jovem. Já professor.

A. C. – Pois é.

C. C. – Mas lá na história, o senhor dava que cursos?

A. C. – Ah. História, aquelas histórias do currículo, das disciplinas que estavam no currículo tradicional. Eu me lembro que eu logo entrei em história moderna e contemporânea, porque pegava o período dos meus estudos, da minha tese: o século XVI. E era uma... Eu gostava muito, porque era o período da Renascença, do humanismo, da inovação tecnológica,

das conquistas do mundo. Eu gostava muito de dar aquela disciplina, história moderna e contemporânea. Trabalhei com essa disciplina durante alguns anos.

C. C. – O senhor participou também do curso de preparação à carreira de diplomata, lá em Passo Fundo?

A. C. – Não. Não. Só quando eu vim para Brasília. Foi em 1976. E aí eu fui convidado para lecionar nesse curso de preparação.

C. C. – Já em Brasília.

A. C. – É.

C. C. – E a mudança para Brasília?...

A. C. – Por acaso, também. Absolutamente tudo aconteceu por acaso. Eu vim a um congresso aqui, da Capes, congresso, um seminário da Capes, e chegou um professor da Universidade de Brasília – “Professor Cervo, o senhor não quer trabalhar aqui na UnB?” – “Quero. Claro”. Eu digo: bom... Com todo respeito por Passo Fundo, que eu visitei agora, há um mês, fui participar de uma banca de doutorado lá, mas eu achei, na época, que era uma promoção; sair da Universidade de Passo Fundo, uma universidade tradicional, de um polo regional bastante rico – hoje, é uma potência aquela Universidade de Passo Fundo –, mas eu achei uma promoção, vir para Brasília. Digo: aqui, eu acho que eu vou ter mais oportunidades de trabalho, de investigação, de pesquisas, de viagem, de conexões internacionais etc.. Eu vim. No mês seguinte, eu já estava aqui. Porque eu tinha o título de doutor. Acho que isso me ajudou muito.

C. C. – O senhor veio para o Departamento de História também.

A. C. – Exatamente.

C. C. – A UnB já havia criado a graduação de relações internacionais?

A. C. – Não. Ainda não. Foi em 19... Perdão. Sim. [Foi] em 1970 que criaram a graduação em relações internacionais. Mas, naquela época, a história tinha criado um mestrado em história, então, como eu tinha o título de doutor, caiu muito bem. Justamente, eles estavam

querendo constituir um corpo de professores para poder lecionar no mestrado, na pós-graduação...

C. C. – Mestrado em história, ou relações internacionais?

A. C. – Em história. É, em história. Mas eu sempre... A partir daí, justamente, eu me orientei para a história das relações internacionais, profissionalmente; porque, inclusive, eu fui dar história... fui dar um curso no Instituto Rio Branco, logo; e havia uma disciplina que se chamava história diplomática. Essa história diplomática, depois, chamou-se história da política exterior, e hoje é história das relações internacionais do Brasil. É a evolução do conhecimento que induz uma evolução de uma terminologia adequada. Não existe mais história diplomática, a não ser no Instituto Rio Branco, porque ela é profissionalizante; mas, nas universidades, não existe, é história das relações internacionais do Brasil.

C. C. – Mas o convite para lecionar no Itamaraty surgiu como?

A. C. – Aqui. Quando eu estava já na UnB, eu fui convidado.

C. C. – E como é que foi a sua experiência de dar aula lá?

A. C. – Foi muito boa, porque... Ô Celso, eu sempre procurei aliar ensino e pesquisa, na minha vida, no meu trabalho. Ensino e pesquisa. Quer dizer, eu vou dar uma disciplina, essa disciplina será resultado do meu trabalho de pesquisa original e, quase sempre, de publicações – de um livro, de um artigo etc.. Então eu procurei vincular sempre esses dois aspectos da minha vida profissional. Eu ensino aquilo que eu pesquiso. Originalmente. Eu não ensino, como fazem muitos professores, pegando uma meia dúzia de manuais e... está pronto aqui o curso. Então dá o curso. Então, eu sempre me orientei nesse sentido, aliar o ensino à pesquisa, e por isso, eu acho... pelo menos, pelo que diziam e pensavam os alunos, eu era um bom professor, porque eu produzia um curso, ministrava um curso com matéria original, resultado da minha pesquisa; então, era mais consistente, mais fundamentado do que, simplesmente, você

estar reproduzindo meia dúzia de manuais sobre aquela disciplina, sobre aquele campo de estudo.

C. C. – Mas como é que o tema da política externa brasileira passou a fazer parte da sua história acadêmica, como objeto de pesquisa? No doutorado, o senhor estudou...

A. C. – Por isso mesmo, porque eu fui chamado a dar história diplomática, que existia no curso de mestrado e... no curso de mestrado, história diplomática, e no Itamaraty também, história diplomática. Depois evoluímos, como eu lhe disse, na terminologia, para história da política exterior. Hoje, não se fala mais nem se... O termo é inserção internacional, que é um termo que nós produzimos aqui, o grupo, aqui, do IREL [Instituto de Relações Internacionais/UnB], produziu esse termo, esse conceito de inserção internacional, que envolve três variáveis importantes: a política exterior, que é a função do Estado, estabelecer objetivos, estratégias externas para o país; a diplomacia, a ação diplomática, que é a negociação desses objetivos, desse movimento; e o terceiro é o envolvimento dos agentes não governamentais, sobretudo no século XXI. O século XXI, a sociedade emergiu, a sociedade brasileira, então ela tem... se movimenta externamente. Então, inserção internacional envolve essas três variáveis: política, formulação política; negociação, a negociação, que é o papel da diplomacia; e o envolvimento dos agentes da sociedade, os agentes dinâmicos da sociedade, sobretudo o empresariado etc. Então esse conceito, ele foi evoluindo desta maneira. Hoje, se eu tivesse que começar, eu não escreveria uma história da política exterior do Brasil, mas uma história da inserção internacional do Brasil.

C. C. – O seu livro, em coautoria com o Clodoaldo Bueno, virou leitura obrigatória no Itamaraty, para os diplomatas brasileiros.

A. C. – É.

C. C. – Como é que o senhor avalia o papel de um acadêmico na vida pública, quer dizer, a sua posição na diplomacia brasileira?

A. C. – É. Eu acho que o acadêmico, ele tem duas responsabilidades ou duas funções. Primeiro, produzir o conhecimento; inovar no domínio da ciência. Isto é, naquele campo de estudo, ele tem que produzir conhecimento e conhecimento novo. É o que eu sempre digo para

os meus alunos aí de mestrado e doutorado que estão procurando um tema de tese. Vocês têm que encontrar um tema original, quer dizer, um tema, por meio do qual vocês vão agregar alguma coisa nova ao conhecimento disponível. Então, essa é a primeira função do acadêmico, do estudioso, é produzir o conhecimento. A segunda função é subsidiar a decisão. Subsidiar a decisão. Então, no caso, se eu vou estudar política exterior, a minha pretensão é subsidiar as decisões do Estado; em termos de objetivos e estratégias externas, quais são as necessárias, as convenientes, as adequadas, quais são as inconvenientes, as inadequadas; quais os erros possíveis de uma estratégia externa. Assim. Então, a função do estudioso é produzir o conhecimento, agregar algo novo ao conhecimento e subsidiar a decisão. E não é só no Estado, também na diplomacia. Qual a conduta diplomática que convém. E, também, dos agentes não governamentais, agentes não governamentais, os agentes dinâmicos da sociedade. Se uma empresa ou um conglomerado quer dominar a Argentina ou... Quer dizer, quer expandir-se para a Argentina, para a América do Sul, para a vizinhança, para a África, para a Europa ou Estados Unidos, ele tem que conhecer como é que ele... qual é o conhecimento que ele necessita para tomar a decisão adequada. Então, eu acho que essa é a função do estudioso, sobretudo nesse campo das ciências sociais, ciência política, relações internacionais, produzir o conhecimento, agregar algo ao conhecimento e subsidiar a decisão. E eu acho que, com isso, você é capaz de produzir uma obra original. Você tem que ver as oportunidades; qual é o seu trabalho, qual é a sua função na universidade e em que você pode ser útil, nesse sentido de inovar o domínio do conhecimento, por um lado, e por outro lado, não uma inovação... filosófica –, não, não filosófica, uma inovação inútil, estéril –, mas uma inovação útil; um conhecimento que seja capaz de fundamentar, de orientar as decisões dos agentes que devem tomar as decisões, dos responsáveis pelas decisões.

C. C. – Mas em relação, vamos dizer, à prática de pesquisa, principalmente no caso de história da política exterior, das relações internacionais, o nome que a gente dê, em grande parte, depende de acesso a fontes, fontes primárias. O Itamaraty, tanto em Brasília quanto no Rio, tem arquivos, acervos? Como é que o senhor trabalhava?

A. C. – Certo. Eu vejo isso, sob dois aspectos também. Eu vejo... É claro que no campo da história das relações internacionais, nada se produz de novo, em termos de conhecimento, se não for fundado na documentação, nas fontes primárias. A história é que... justamente, ela é o fundamento, eu acho, das ciências sociais, porque sem a história não há base, não há

fundamento para o estudo na área de ciências sociais. Aí o papel importante da documentação primária, da documentação, das fontes. É preciso investigar as fontes. Isto é um trabalho bastante fastidioso. Você tem que ir aos arquivos. Por exemplo, eu escrevi dois livros sobre as relações Brasil–Portugal. Pesquisei cinco, seis meses em Portugal. Escrevi dois livros sobre as relações Brasil–Itália. Pesquisei sete, oito meses em arquivos italianos, e lendo a bibliografia toda, os estudos, qual é o conhecimento disponível. Então, eu acho que... Uma coisa é isto. Você tem que levar em conta as fontes necessárias, necessárias e suficientes, para aquele objeto específico de estudo. Isso é um aspecto. O outro aspecto, que eu sempre falo para os meus alunos, você tem que... estudioso, sobretudo agora, de relações internacionais tem que viajar. Tem que viajar. Porque ele tem que ir a seminários, seminários de associações científicas, que existem, uma quantidade, e excelentes associações científicas. Você tem que viajar. Você tem que ir aos congressos nos outros países. Não só por necessidade da pesquisa documental, mas por necessidade de conhecer o que os outros fazem, o que os seus colegas fazem; quais as suas preocupações científicas, quais as metodologias de trabalho. As preocupações, as metodologias de trabalho. Com este elemento você está em condições de fazer a autoavaliação. Será que eu estou bem? Estou andando bem? Então, não basta ser um rato de arquivo, fuçando lá nos arquivos. Isso não basta. É preciso conectar-se com o mundo acadêmico daquele campo de estudo. E ir aos congressos internacionais. É preciso viajar. Como eu digo, ir aos congressos, ver o que os outros fazem. Constituir grupos, porque isso acontece naturalmente, grupos de pesquisa e publicações. Como eu fiz. Tenho grupos na França, na Itália, em Portugal. E constituir grupos e publicar obras conjuntas, isso é excelente.

C. C. – O senhor mencionou os congressos e os eventos acadêmicos no exterior. No Brasil, antes da criação da ABRI, como era o espaço das relações internacionais dentro, por exemplo, dos simpósios nacionais de história? Da Anpuh?

A. C. – Exatamente. A Anpuh, por exemplo, que está agora com um congresso aqui, na UnB, neste momento. Dentro da própria Anpuh, nós, historiadores de relações internacionais, criamos um grupo. Criamos um grupo. Eu não me lembro mais onde. Há muitos anos. Criamos um grupo de história das relações internacionais. Porque nós achávamos que isso é parte da história do próprio país, saber as conexões internacionais, as vinculações do país com o exterior, as suas dependências, as suas oportunidades etc.. O mundo é um mundo interdependente. Sempre foi. E nós criamos um grupo de história das relações internacionais.

Depois, justamente, que apareceu a ABRI, esse grupo como que se deslocou para a ABRI. E hoje, por exemplo, quase todos os meus colegas, (aqui, o IREL está vazio) eles estão em Belo Horizonte, porque lá ocorre o seminário da ABRI. Então eu acho que, realmente, essa evolução aconteceu, mesmo aqui, internamente, na própria instituição. Relações internacionais. Eu comecei na história. Quando se criou lá o mestrado em história das relações internacionais, depois, aqui, se criou o curso de graduação em relações internacionais e o curso de mestrado e o curso de doutorado em relações internacionais, eu sei que num determinado momento, o meu grupo de história das relações internacionais migrou para cá, justamente, com esse objetivo de poder criar o doutorado, porque a ciência política, na época, não tinha corpo de professores suficientes para criar o doutorado. Era preciso mais doutores. Eu sei que nós viemos com uns oito, nove doutores em história das relações internacionais e migramos para o Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais.

C. C. – Para entender melhor, até porque não é a minha área nativa acadêmica. A área de relações internacionais na UnB, ela estava organizada em duas unidades distintas, na história e na ciência política.

A. C. – Sim. Na ciência política. Política internacional.

C. C. – Política e relações internacionais?

A. C. – Não. É a política internacional.

C. C. – Internacional. E o senhor estava na história.

A. C. – Na história.

C. C. – Como era o relacionamento? Havia competição ou cooperação? O que prevalecia?

A. C. – Isto sempre há em universidade, competição, ciúme. Aquelas coisas bem acadêmicas que existem por trás ou por baixo do trabalho acadêmico. Isso é... parece inevitável, existe em toda parte. Mas eu sei que... Eu percebi que... Eu acho que nós teríamos mais oportunidade aqui, e um... uma unidade acadêmica do instituto. Que depois foi criado o Instituto de Relações Internacionais, com sua autonomia total, como uma unidade acadêmica. E a ciência política se separou. O IPOL, o Instituto de Ciência Política. E o Instituto... Eles

ficaram com a ciência política propriamente dita, pura, e nós ficamos com relações internacionais. Você vê que o campo de estudo foi se abrindo. Ele foi se abrindo e, daquela história diplomática ou história da política exterior do Brasil, evoluímos para relações internacionais; e por isso nós criamos, justamente, esse conceito de inserção internacional, que é um conceito acadêmico operacional. Ele se reflete não só na organização do ensino e da pesquisa, como na produção do conhecimento e na própria metodologia de trabalho, nessa área de relações internacionais. Então, eu acho que deu tudo certo.

C. C. – A criação do Instituto de Relações Internacionais, ela é posterior ao chamado boom, à explosão de cursos de RI no Brasil. A UnB foi a pioneira, mas depois, principalmente nos anos 1990... Eu não sei. Matias já tinha me dito isso. Passou de cem cursos de RI.

A. C. – Sim, sim, já. Há cem cursos. É. Ficou moda. Mas isso nos anos 1990. Por quê? Por causa da abertura, do liberalismo, neoliberalismo dos anos 1990. Então, parecia que não só o Estado da época do Collor, do Fernando Henrique, o Estado abriu a visão do Brasil para o mundo; a sociedade achou isso bom, interessante, porque, afinal, é um grande país o Brasil, com um potencial enorme. O país do futuro. Que continua, até hoje, o país do futuro. [riso] Mas... Então, houve essa proliferação vertiginosa de cursos de relações internacionais.

C. C. – O senhor associa essa abertura, Fernando Collor falando das carroças brasileiras...

A. C. – É. Exatamente.

C. C. – O senhor associa essa, vamos dizer, abertura liberal à explosão dos cursos de RI?

A. C. – Sim. Associo, sim. Porque houve na opinião brasileira, na opinião pública e na opinião acadêmica brasileira, uma tomada de consciência da importância da conexão internacional da nação, do país. Não só o Estado, a diplomacia, mas a sociedade também. Então, pensava-se que... Por exemplo, criar empresas. Uma empresa, ela logo tinha a perspectiva de expandir-se. Que nós chamamos de internacionalização da economia brasileira. Então, a internacionalização da economia brasileira parecia uma decorrência necessária dessa nova visão da conexão entre o Brasil e o mundo. Isso provocou a proliferação dos cursos de

relações internacionais em nível de graduação, em primeiro lugar, e... O fato é justamente esse, essa é uma evolução da própria história do Brasil.

C. C. – História política, também. O senhor, muitas vezes, é lido como defensor do nacional-desenvolvimentismo, então o senhor associou ao liberalismo, à abertura. Como a política brasileira influencia e influenciou o seu trabalho acadêmico?

A. C. – Porque desde o meu velho amigo... Não meu amigo. O meu... [riso] Meu grande... Eu gostava muito do Vargas, meu conterrâneo Getúlio Vargas. Ele quis a modernização do Brasil. Ele quis uma transição do Brasil agrário, agrícola, somente agrícola, com uma elite dominante, uma transição desse Brasil para um Brasil moderno, feito à base da industrialização. Que era preciso, no entender de Vargas, dar emprego, renda, bem-estar às massas urbanas que começavam a crescer muito, já nos anos 1930, então era preciso tocar o processo de industrialização, de modernização, desenvolvimento. O desenvolvimento era concebido pela via da industrialização. E o que é que aconteceu, desde aquela época? Vamos procurar insumos externos para a industrialização do Brasil. Porque o Brasil não dispunha de insumos próprios suficientes para tocar o processo de desenvolvimento. E quais eram os insumos externos? Eram dois. Capitais... Três, aliás. Capitais, empresas e tecnologias. Capitais, empresas e tecnologias. Então vieram. Por exemplo, nos anos 1950, Kubitschek quem deu o impulso, o segundo grande impulso do desenvolvimento via industrialização. Vargas criou a indústria nacional, desencadeou o processo. Kubitschek espalhou as fábricas pelo país. Espalhou as fábricas. Ele promoveu uma etapa mais avançada da industrialização. Mas tudo tocado por insumos externos, capitais, empresas e tecnologias. Aí veio o Geisel. O Geisel foi o terceiro estadista, no meu entender, até hoje, que compreendeu o processo de desenvolvimento brasileiro. “Não. Isso não basta. Nós temos que fomentar a indústria básica, os insumos, o alimento da própria industrialização, e produzir tecnologias próprias”. Tecnologias. O que é verdade. O Brasil não produzia tecnologias. Tudo era importado. Tudo. Tinha algum automóvel brasileiro? Tá. Apareceu não sei o quê. Algum produto manufaturado, industrial, com tecnologia brasileira? Quase nada. Porém, esse processo estancou, no meu entender, aí com Geisel. Ele não foi à frente. E até hoje, então, o processo de desenvolvimento brasileiro tem uma carência fundamental, que é a inovação tecnológica. Ele não produziu tecnologia própria. E por isso, nós vamos... Se isto permanecer, nós vamos ser eternamente um país em desenvolvimento. Porque um país desenvolvido é um país que produz tecnologias próprias, empresas próprias,

concentra capital suficiente e produz a sua própria tecnologia, na área industrial, na área dos serviços. Nós não chegamos lá. Estamos longe disso. Então, a grande carência do processo de desenvolvimento, até hoje, no Brasil, é esse, é não produzir tecnologia própria. Somente em alguns campos, em algumas áreas excepcionais, como por exemplo a Embraer, a WEG, a mineração...

C. C. – A Embrapa também.

A. C. – A Embrapa. A Embrapa produz tecnologia... Não. Esse é outra... Isso eu esqueci de falar. Porque o processo de desenvolvimento feito à base da industrialização, ele foi acompanhado pela inovação tecnológica na área agrícola. E aí, sim, a Embrapa teve um papel fundamental. Porque hoje o Brasil tem uma tecno...

C. C. – É uma das exportadoras de tecnologia para a África, para...

A. C. – Exatamente. O Brasil tem uma tecnologia agrícola competitiva em escala mundial. Não perde para nenhum outro país. Nenhum outro país. Tecnologia agrícola. Porque o campo agrícola, ele andou por si. Ele andou à margem do campo industrial. E nós produzimos, então, a tecnologia agrícola, a inovação, quer dizer, a invenção, que é a produção do conhecimento, a inovação, que é a aplicação de um conhecimento, na área agrícola, foi perfeita. Agora na área industrial, não. Nós estamos capengas até hoje. Com raras exceções.

C. C. – Agora, voltando à área de RI...

A. C. – Perdão. Só por isso que eu sempre me interessei pelo processo de desenvolvimento. Você entende? Analisar a fundo o desenvolvimento brasileiro.

C. C. – Mas eu ia lhe perguntar sobre essa explosão que teve, surgem mais de cem cursos, num período de dez anos, talvez. O senhor acha que isso foi bom, isso foi ruim? Isso não gerou uma expectativa talvez demasiada? Quer dizer, o jovem que sai como internacionalista, que ocupação ele teria? Eu não sei. Isso, às vezes, têm pessoas...

A. C. – Eu acho que produziu é muita frustração, porque, na verdade, o agronegócio, ele tem uma capacidade de absorção de mão de obra bastante limitada, a absorção grande se dá na indústria e nos serviços. Nos serviços. De tecnologia, sobretudo. Mas no agronegócio não.

Então aparecem cursos em Dourados, aparecem cursos lá... em áreas agrícolas, e... relações internacionais... eu sempre me perguntei: coitados desses alunos, o que é que eles vão fazer? Eles vão ter oportunidade de aplicar o seu conhecimento, quer dizer, oportunidade de exercer uma profissão vinculada ao conhecimento adquirido? Eu acho que não. Então eu acho que, em grande medida, isso produziu frustração.

C. C. – É. Vamos dizer, para atuar na área de atividade de comércio exterior, aí têm profissionais formados em outras disciplinas, que vão estar mais habilitados.

A. C. – É. Sim, sim. É. Eu creio que os cursos... São poucas as universidades que, realmente, evoluíram bem, no sentido de produzir conhecimento novo, na área de relações internacionais, e como eu disse, de subsidiar decisões estratégicas na área de inserção internacional, de subsidiar a própria conduta da diplomacia na negociação de interesses brasileiros externos. E eu acho que são poucas universidades que... No Rio de Janeiro, há boas universidades. Eu acho que a mais dinâmica de todas foi essa, com o IREL aqui, com o Instituto de Relações Internacionais. Eu não sei como está agora, que eu já estou me retirando, estou aposentado. Mas as grandes universidades acordaram tardiamente. Por exemplo, a USP. O curso da USP é muito tardio, de relações... Doutorado em relações internacionais. Não se percebe, ainda, a... A Universidade Federal do Rio de Janeiro, o IUPERJ etc., a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outras universidades desenvolveram núcleos de estudo, de produção de conhecimento original. Mas são poucos, ainda, no Brasil.

C. C. – Não sei se a minha impressão é errada, porque, realmente, eu não sou dessa área acadêmica, mas em muitas universidades, inclusive algumas grandes federais que o senhor mencionou, a impressão que tem é que os cursos mais recentes, somou uma pessoa na área de direito com uma de economia ou de história e juntaram, diferente da Universidade de Brasília, que tinha, vamos dizer, uma massa crítica maior. Então, em alguns lugares, parece que é uma colcha de retalhos, que foi costurada. Inclusive, o aluno tem que se deslocar para um

departamento, para um lugar físico e para o outro, e não tem um núcleo mais consistente. Não sei se é essa a impressão.

A. C. – E como é que você explica isso?

C. C. – Perdão.

A. C. – Como é que você explica isso?

C. C. – Não sei. O senhor deve explicar.

A. C. – Eu tenho uma explicação. Porque em razão da demanda... Exatamente. Em razão da demanda, dessa proliferação imensa de cursos de graduação, e também em razão dos controles e notas que a Capes atribui aos cursos, quando... Os cursos, eles recebem uma nota, eles são avaliados, em boa parte, em função do corpo de professores. Você tem tantos graduados, tantos mestres, tantos doutores, é um fator, é um elemento de avaliação importante. Então, foi necessário produzir mestres e doutores em ritmo acelerado, para prover essa demanda acadêmica de toda a sociedade brasileira. E, por isso, aconteceu que se juntou um daqui, um de lá, um de lá, vamos fazer um curso de pós-graduação, um mestrado ou um doutorado, sem muita preocupação, digamos, estratégica com o ensino, com a funcionalidade do ensino, mas com a demanda que havia, que se criou, em razão da proliferação de cursos de graduação; e também, depois, de mestrado. Um bom número de universidades, cursos de mestrado em relações internacionais. Era preciso produzir mestres e doutores para trabalhar nesses cursos. E daí, algumas universidades foram espertas, porque aproveitaram essa oportunidade.

C. C. – A gente falou um pouco, antes, dessa tradição da escola francesa de relações internacionais. No Brasil, o senhor acha que tem uma escola brasileira de relações internacionais?

A. C. – Sim. Existe.

C. C. – Quais seriam as características?

A. C. – A escola brasileira... E, aliás, esse não é um termo brasileiro, mas é um termo produzido por um grande *scholar* argentino de relações internacionais, Raúl Bernal-Meza, que

tem uma obra extraordinária sobre as relações internacionais da América Latina. Foi ele que, num desses livros, criou o termo *Escola de Brasília*. E ele quase assimila a escola de Brasília com a escola brasileira. Ele amplia depois, para ver toda a produção científica brasileira em relações internacionais. Então, a escola brasileira, qual é a característica central, segundo Bernal-Meza? O que é que diferencia essa escola de outras escolas, como a escola francesa, a italiana ou a alemã ou a americana? É uma coisa importante. Que é a distinção entre... a distinção nenhum. O confronto epistemológico acadêmico entre teoria das relações internacionais e conceitos aplicados às relações internacionais. Essa foi a grande contribuição de Brasília, justamente. É o que eu fiz muito na minha obra acadêmica. Fulminar as teorias de relações internacionais. Eu não sei por que, até hoje, essas teorias têm tanta importância nos currículos de graduação. Graduação tem duas ou três disciplinas de teorias das relações internacionais. Um, dois ou três, não sei o quê. Os mestrados têm, os doutorados têm teoria das relações internacionais. Para quê? As teorias de relações internacionais são uma formulação epistemológica do mundo anglo-saxônico, Estados Unidos e Inglaterra. Essas teorias embutem, imbricam interesses, valores e padrões de conduta daquelas sociedades, como se fossem universais. Como se o interesse americano, inglês, fosse igual ao argentino, ao chinês, ao paquistanês, ao brasileiro, ao chileno. Está errado. Quer dizer, é uma deturpação mental, que as teorias impõem. Por isso que, até hoje, eu brigo sempre, sou muito conflitivo nesse aspecto. As teorias são nocivas e nefastas. Nocivas porque elas apresentam essas variáveis, interesses, valores, cultura, padrões de conduta, de umas nações, de uma sociedade onde são elaboradas, como se fossem universais. Não são universais, absolutamente. Então, o nosso trabalho aqui foi justamente contrapor o conceito de relações internacionais às teorias universalistas. Os conceitos brotam de... ou eles imbricam, eles contêm interesses, valores e padrões de conduta de outras sociedades. E a soma desses conceitos, por exemplo, brasileiros, argentinos, chineses – hoje, por exemplo, a importância da China – a soma, russos, japoneses etc., a soma desses conceitos é que resultaria em uma outra teoria das relações internacionais, que fosse realmente universalista, e que não fosse uma armadilha, *un piège*, como dizem os franceses, para o conhecimento. Então, a contribuição daqui, como diz o Raúl Bernal-Meza, a contribuição da escola de Brasília e da escola brasileira é justamente, é que ela procura desenvolver conceitos, alicerçar o conhecimento, o processo decisório, o movimento dos agentes sociais em outras bases. E nós podemos, com isso, corrigir o próprio processo decisório. Por exemplo, a transição do neoliberalismo, que estava muito mais vinculado àquela visão de mundo dos anos 1990, ou

das teorias, transferir isso mais para os conceitos, de maneira que o que eu chamo agora o paradigma do Estado logístico, que vem substituir o paradigma dos anos 1990, o neoliberal, fosse um paradigma mais autêntico e mais adequado ao modelo brasileiro de inserção internacional. E incorporado, portanto, na política, na conduta diplomática e no movimento dos agentes da sociedade.

C. C. – Mas tem havido, em muitos campos, não só nas relações internacionais, uma busca, uma valorização muito grande de visões alternativas a esse modelo tradicional, muito marcado por essa visão de superioridade, embutida já, vamos dizer do norte, quando se fala do subglobal ou do mundo pós-ocidental, (é o título de um livro do meu colega Oliver Stuenkel) tem havido espaço maior, na academia, para essa reflexão.

A. C. – Sim, sim. E mesmo lá.

C. C. – Mesmo lá?

A. C. - Mesmo lá, há muita crítica.

C. C. – Que não dá mais conta do mundo.

A. C. – Exatamente. Não dá mais. Eu acho que o que aconteceu é... com a China e com o Brics... Por exemplo, o Brics. O Brics vive de glórias do passado. Mas o Brics era um movimento, originalmente, extraordinário, porque – vamos unir os emergentes, para poder influir na ordem internacional, que é composta de regras, em todas as áreas de ação internacional, que eram uma ordem moldada pelos países avançados, pelo centro do capitalismo anterior, e como se tudo girasse... e tivesse que se conformar com aquilo lá. Não. Vamos modificar a ordem internacional, com regras, com valores, com padrões de conduta que sejam adequados aos países não avançados. Daí nasceu o Brics, com essa filosofia. Só que, depois, ele decaiu. Decaiu por quê? Primeiro porque a Rússia, com aquele nosso amigo Putin lá, tomou uma autonomia extraordinária, a Rússia tem um comportamento próprio, uma autonomia internacional extraordinária; a China emergiu, assim, de uma maneira... com um ritmo estupendo, também, logo será a primeira potência econômica do mundo; o Brasil afundou completamente, submergiu, quer dizer, o Brics, cadê o Brics? Que Brics é esse? Não há mais base para um Brics. Apesar de haver reuniões ainda, criaram, há pouco, um banco de

desenvolvimento do Brics, etc. etc... ‘Tá. Ainda existe, a burocracia do Brics ainda sobrevive. Mas o mundo é completamente outro, hoje, em razão dessas evoluções. Mas, realmente, o nosso objetivo aqui era criar um conhecimento, quer dizer, uma influência, portanto, epistemológica nas relações internacionais, colocando a... confrontando a formulação de conceitos, de conceitos, às teorias sistêmicas que dominavam o campo de estudo até há pouco. Porque você pega qualquer teoria, qualquer uma, você pode pegar qualquer teoria, a teoria, por exemplo, da estabilidade hegemônica – “Ah. Você tem que se conformar com o hegemônico, com a potência hegemônica, porque isso traz e garante uma estabilidade global”. Mas o que é isso?! A teoria da instabilidade... Uma teoria eventual da instabilidade hegemônica teria tanto fundamento empírico, tanto fundamento objetivo quanto a teoria da estabilidade hegemônica. O que é que os Estados Unidos e a Otan fizeram além de espalhar guerras pelo mundo? Quer dizer, instabilidade hegemônica. A teoria do choque de civilizações daquele Huntington [Samuel], outro exemplo. Choque de civilizações se favorece porque os americanos e ingleses quiseram impor os seus valores, a sua cultura, a sua civilização ao mundo. Isso é um absurdo! Graças a Deus, o mundo tem culturas, valores diferenciados, graças a Deus, o mundo é heterogêneo, é constituído de culturas, de civilizações muito diferentes. E há evidência, há tanta evidência empírica da convivência dessas diferenças, convivência de culturas diferentes. O Brasil é um exemplo disso. É a sociedade de maior convivência de diferenças – culturais, étnicas e tudo mais. É uma sociedade extraordinária a sociedade brasileira. E assim é também a sociedade global ou internacional, ela é feita de convivência de diferenças. Por que é que nós vamos querer ser iguais aos chineses, à cultura chinesa? Não. Somos diferentes. Nós somos

latino-americanos, somos brasileiros. Então, você vê, esse choque, ele... de civilização... Essas teorias sistêmicas, elas não têm fundamento empírico; então, para que é que servem?

C. C. – É. Bom. Eu queria retomar um pouco o que o senhor mencionou antes e falar da importância de participar de congressos no exterior e tal, e de grupos de pesquisa também, redes de pesquisa.

A. C. – É. Conexão internacional.

C. C. – Quais foram, ao longo da sua carreira, os seus principais interlocutores vamos dizer acadêmicos, intelectuais, tanto no exterior quanto no Brasil?

A. C. – É. Foram, sobretudo, portugueses, franceses e italianos. Sobretudo. Argentinos! Bom. Esses quatro. Os franceses foram: Robert Frank, que foi o herdeiro de René Girault, diretores do *Institut Pierre Renouvin*, aquele grande instituto que comanda a escola francesa de relações internacionais, de história das relações internacionais – então, eu os conheci muito, participamos muito e nos encontramos muitas vezes. O René Girault veio aqui, (já faleceu), o Robert Frank ainda está vivo, também esteve aqui, muitas vezes, e outros mais, lá; mas, sobretudo, esses dois. Na Itália, sobretudo Brunello Viguzzi, da Universidade de Milão, (*Università degli Studi di Milano*), também, nos encontramos muitas vezes, na Itália, não só em Milão, em Roma, para seminários, que eu organizei com ele, e grupos de estudo. Na Argentina... Em Portugal. Em Portugal, também, há vários professores, que ainda estão atuando em Portugal, na Universidade do Porto, na Universidade de Lisboa e na Universidade Técnica de Lisboa. Não tanto na Universidade de Coimbra, não – mas nessas universidades, sobretudo as de Lisboa. Na Argentina foram, sobretudo, os professores da Universidade de Buenos Aires. Mario Rapoport e vários outros. Eles têm uma equipe lá, extraordinária, do *Instituto de Investigaciones de Historia Económica y Social*, que é dirigido pelo Mario Rapoport, que ainda está vivo – está velhinho que nem eu, mas está bem vivo ainda, e a cabeça dele funciona. [riso] O Raúl Bernal-Meza também, que é... originalmente, é um chileno, mas toda a vida profissional ele exerceu na Argentina, na Universidade de Tandil, que se chama a *Universidad Nacional del Centro [de la Provincia de Buenos Aires]*. Tivemos vários encontros lá. Então, por exemplo, eu tenho vários livros publicados em conjunto com equipes de pesquisas desses grupos que nós mantivemos, nesses países, por muitos anos. Eu não sei como é que está

andando agora. Porque eu acho que essa conexão internacional é muito importante. Com os Estados Unidos, também, muitos colegas americanos. O Frank McCann, o Michael Turner e outros, que trabalharam conosco. Mas são, sobretudo, essas conexões internacionais que, a mim, me ajudaram muito. Porque [eu dizia]: o que é que eu faço? Como eu faço? E eu ver o que é que eles fazem, trabalhar juntos, isso, realmente, eu acho que é o método mais adequado para a autoavaliação. Você sabe se está sendo alguém útil ao campo de estudo das relações internacionais ou se você está navegando não sei aonde e por que vias. Então, eu acho que essa conexão internacional, ela é muito importante, nesta área, é indispensável!

C. C. – Quer dizer, as relações internacionais têm que ser internacionalizadas de fato.

A. C. – Exatamente. É como eu digo para os meus alunos, vocês têm que viajar, ver o que os outros fazem, no país e no exterior. Os congressos, também, no país, nós temos a ABRI, a Anpuh etc..

C. C. – É. O mundo acadêmico brasileiro, ele tem uma tradição, uma marca característica de ser muito endógeno, muito voltado para si, fechado.

A. C. – Nós tentamos furar esse bloqueio.

C. C. – O senhor acha que foi bem sucedido ou ainda não?

A. C. – Eu acho que sim, que o Brasil está se abrindo bastante, na área acadêmica, nas universidades, abrindo bastante. Por exemplo, com essa política de bolsas da Capes, do CNPq, quer dizer, nós mandamos muitos estudantes fazer, sobretudo o doutorado, agora, fazer o doutorado no exterior, na Europa, em vários países da Europa, e nos Estados Unidos. Ainda continua o grande xodó, a atração, os Estados Unidos. Mas eu acho que há deficiência nisso. Por exemplo, nós temos pouca conexão com a Ásia. Pouca. China, por exemplo. Nós não conhecemos suficiente da China. Aqui, nós temos uma professora especialista em China, a Danielly Silva Ramos, que publicou um grande livro sobre as relações Brasil e China, que fez pesquisa lá e que está preparando um outro grande livro sobre a China e a América Latina. Nós

conhecemos pouco do Japão, da cultura japonesa, do meio acadêmico japonês. Mais chinês. Índia, outro exemplo. Nós conhecemos bastante os nossos vizinhos, graças a Deus.

C. C. – Da América Latina.

A. C. – É. Os vizinhos da América do Sul. Conhecemos bastante. México também. Mas nós temos uma carência fundamental, aqui, de contatos e estudos, de promover estudos sobre o Oriente, sobre a Ásia. O mundo muçulmano também, o mundo árabe muçulmano, nós não temos muitos especialistas nisso, que produzam uma obra de conhecimento. Sobre a África, até temos. Alguns pesquisadores que produzem um conhecimento sobre África, isso já... até que temos. Então, eu acho que a academia brasileira está se abrindo muito para o mundo. E não é só na área de relações internacionais, é em todas as áreas de conhecimento; essa conexão é necessária e está se fazendo. Eu acho que o Brasil está indo bem nesse ponto. O que não vai bem é o Estado. [riso]

C. C. – Quer dizer, em relação ao futuro da disciplina, o senhor é otimista.

A. C. – Sim, sou.

C. C. – O senhor mencionou os seus interlocutores estrangeiros. E no Brasil, quais foram os principais?

A. C. – Grupos.

C. C. – Grupos ou pesquisadores, na sua trajetória.

A. C. – Bom. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, eu tenho o professor [Paulo Gilberto Fagundes] Visentini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a professora [Maria Amélia Neira], da Universidade de Santa Maria, que tem já curso de pós-graduação em relações internacionais; na Universidade de Passo Fundo, tenho alguns amigos lá, que... não na minha época, [riso] mas que eu revejo de vez em quando; e aqui, nós temos, com o Rio de Janeiro, bastante forte, essa conexão acadêmica com o Rio de Janeiro; com a Universidade de Fortaleza também. Eu acho que essas são as conexões mais importantes. Mas na verdade, eu tenho a impressão que as mais fortes, até agora, até recentemente, tenham sido as conexões

internacionais. Não sei se porque o grupo, ele se constituiu um pouco isolado, aqui, na UnB, e ele promoveu mais a conexão internacional, não tanto a nacional. Isso, eu acho que sim.

C. C. – Até porque ele foi o único, praticamente.

A. C. – Por um tempo.

C. C. – Em relação à ABRI, após a criação da associação, qual tem sido a sua participação? O senhor acha que ela cumpre um papel positivo para a área ou não?

A. C. – Muito. Eu estive em todos os seminários, menos nesse de Belo Horizonte, que eu não estou. Que é o último. [riso] Mas no ano passado, foi em Florianópolis, eu estava lá. Realmente, é uma efervescência aquilo. Muito importante. As mesas sobre temas específicos do campo de estudo de relações internacionais, depois, a exposição dos trabalhos, o que é que faz um programa de pós-graduação, o que é que faz outro programa, quais são as teses, também a organização disso, então você, realmente, tem uma oportunidade de observar o que se faz nos outros centros de estudo de relações internacionais do Brasil. A ABRI é excelente, nesse sentido de você observar, como eu digo sempre, o que os outros fazem, como fazem; e com isso você ter uma capacidade de avaliar o próprio trabalho. Eu estou andando no caminho certo. Talvez eu tenha outras oportunidades ou coisas assim. Então, eu acho que esses contatos são necessários. E graças a Deus nós temos a ABRI, que é a nossa grande associação científica no Brasil.

C. C. – É. Tem muito mais espaço do que tinha na Anpuh ou na Anpocs.

A. C. – Sim, sem dúvida. Também Anpocs. Sim. Nós nos descolamos dessas outras associações à medida que o campo de estudo de relações internacionais cresceu, se institucionalizou; e também fomentou a criação dessa associação científica; e com isso, nós

fomos nos descolando da Anpocs, fomos nos descolando da Anpuh e nos concentramos na ABRI.

C. C. – Professor, dos trabalhos que o senhor publicou, dos livros, qual o senhor acha que foi o mais marcante ou significativo? Quais o senhor destacaria?

A. C. – Eu acho que foram três. Em primeiro lugar, esse *História da política exterior no Brasil*, que é realmente um manual aos diplomatas. Quando eu vou lá no [Instituto] Rio Branco, de vez em quando, ainda vou, eles dizem “isso aqui é a nossa bíblia”. ‘Tá bom. Estão exagerando. [riso] Mas é, é realmente, este campo, eu acho que é muito importante para a formação, inclusive, do corpo diplomático, e também para o processo decisório no nível de Estado, quando o Estado põe gente nessas áreas de relações internacionais, que estão incorporadas a quase todos os ministérios. Não é só o Itamaraty que faz política internacional. O Ministério da Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Ministério de... Vários ministérios – da Agricultura e tudo –, têm que fazer política internacional, têm que ter a sua política internacional. Então, esse livro eu acho que é muito importante, nesse sentido. O outro livro importante, que eu acho, é o livro *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. Lá é onde eu exponho a minha visão do campo epistemológico das relações internacionais e, sobretudo, eu confronto justamente esses dois campos: as teorias sistêmicas anglo-saxônicas e o pensamento brasileiro e latino-americano, que é à base de conceitos. Isso vingou bastante. É o livro *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. Outros dois, digamos, que é *Relações Internacionais da América Latina*, o primeiro chamava-se *Velhos e Novos Paradigmas*, o segundo chama-se *De 1930 aos nossos dias, Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*, onde eu analiso o processo de desenvolvimento da América do Sul, sobretudo, e as diferenças, os modelos, os diferentes modelos de desenvolvimento que foram sendo criados, gestados nos diferentes países da América do Sul, sobretudo, seus diferentes modelos a que resultados chegam, quais são seus objetivos, quais são seus êxitos, quais são seus malogros, como é que poderia se redirecionar o desenvolvimento dos países da América Latina. Porque a América Latina é tudo uma região subdesenvolvida. Não adianta. Ela é atrasada com relação ao mundo desenvolvido, inclusive ao mundo chinês, ao mundo japonês, claro, europeu, norte-americano. Mas por que isso? Por que esse atraso latino-americano? Por outro lado, a grande... o grande, realmente, a grande contribuição, a estrela latino-americana e sul-americana, que é a zona de paz. A zona de paz.

Que é um conceito que eu trabalho também, bastante. Ele é operacional, porque ele é uma categoria analítica, e também é epistemológica, porque ela condensa conhecimento; é cognitiva também. Então, a zona de paz. É a mais vasta zona de paz, no tempo e no espaço, a América do Sul. Agora, a América Latina, pode-se dizer. América do Sul. Por que isso? Por que é que aqui nós não temos as guerras e conflitos que as outras regiões têm? Desse tipo, como a Europa, a África, o mundo muçulmano etc.. Por que nós temos essa zona de paz, a mais vasta do mundo, no tempo e no espaço? Então isso é uma categoria, é um conceito. Um conceito. E como isso se confronta com estabilidade hegemônica, o choque de civilizações etc.. Esse é conceito nosso. Então, esse é outro livro que eu acho muito importante. Um terceiro, um terceiro livro, *Relações Internacionais*. E um último, [riso] um último livro, que foi uma brincadeira, uma brincadeira bem-sucedida. Quando eu cheguei a Passo Fundo em 1970, eles haviam introduzido no ciclo básico de todos os cursos da universidade uma disciplina chamada metodologia científica. Era uma disciplina obrigatória de todos os cursos da universidade, todas as áreas do conhecimento. Tinha que fazer metodologia científica. Aí me convidaram para uma reunião. Me convidaram para uma reunião, eu fui lá, escutar. Eu recém tinha chegado. E quem sou eu para dar opinião para os professores? Onde se viu. Eu fiquei escutando, escutando, escutando. No fim, eu digo: eu vou falar. Falei um pouco. “Olha. Eu acho que a disciplina devia ser concebida assim, assim e assim”. “Eh! Você vai ter que escrever um polígrafo – polígrafo – [riso], para a gente fazer a disciplina desse jeito”. Eu escrevi, e fizemos a disciplina. E você sabe, até hoje, é o livro... Eu publiquei logo, numa editora lá de Passo Fundo mesmo, a Editora Berthier, *Metodologia Científica*, junto com um colega meu, Pedro Bervian, que era um filósofo da filosofia da ciência, então nós escrevemos. Eu tinha o senso prático. Como fazer pesquisa, como produzir conhecimento e as regras disso. Eu escrevi aquilo lá. Você sabe, até hoje, é o livro que continua vendendo que é uma coisa impressionante. Eu acho que foram vendidas mais de seiscentas mil cópias desse livro. Passou para outras editoras, quando ele fez sucesso, passou para a Mcgraw Hill, e depois... hoje é Pearson Education, são editoras americanas; inclusive traduziram para o espanhol. Então, eu criei escola na área de metodologia científica. Como conduzir o trabalho de pesquisa, com os fundamentos, com as exigências epistemológicas, metodológicas, e inclusive filosóficas, para chegar à produção de um conhecimento novo. Como eu digo, conhecimento novo, como uma inovação, como uma contribuição ao conhecimento científico. E esse é o livro que mais me deu dinheiro. [riso] Que até hoje vende. Inclusive, a Mcgraw Hill presta contas e paga direitos autorais direitinho, e cada três meses, está aqui o livro. Bem.

Ganhei um dinheirinho de direitos autorais de *Metodologia Científica*. [riso] Uma coisa que eu escrevi em 1970. O primeiro ano de meu trabalho em Passo Fundo.

C. C. – Quase cinquenta anos. Agora, uma curiosidade também, nesse projeto, eu tenho perguntado. O senhor me falou dos livros que publicou. Com relação aos livros que leu, na sua trajetória, se o senhor tivesse que destacar um livro que marcou, o que é que lhe vem à mente?

A. C. – Não tem.

C. C. – Não tem?

A. C. – Não, não tem. Eu tenho *muitos* que me marcaram. Muitos livros, de grandes mestres. Eu acho que isso é uma coisa fundamental. Você tem que ler os grandes mestres. De todo o mundo. De todo o mundo, você tem que ler os grandes mestres. Porque a aprendizagem... Isso faz parte da aprendizagem. Nem sempre isso está no curso que você ouve na universidade, os grandes mestres. Então, na sua área de conhecimento, leia os grandes mestres.

C. C. – A UnB teve uma posição privilegiada, porque publicou muitíssimo nessa área de ciências sociais, da história, de relações internacionais também; mas também trouxe muita gente, vieram muitos personagens importantes, nos anos 1970, 1980.

A. C. – Sim. Isso, eu acho, foi muito útil.

C. C. – E que vinham aqui dar conferências, palestras.

A. C. – É. A UnB se formou... O corpo acadêmico formou-se de modo heterogêneo. Por exemplo, no meu caso, a minha experiência, eram três origens: brasileiros, uma; americanos, outra; europeus, outra, e de várias procedências da Europa, da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Itália; e americanos formados – formados ou vindos de lá. Porque havia, na época, uma abertura muito grande, na época do [reitor] capitão [José Carlos de Almeida] Azevedo. Ele queria fazer da universidade uma universidade moderna, assim, cientificamente falando, então ele promoveu muito a vinda desses professores de fora; então foram três agregados de origem que constituíram, no fundo, o corpo de professores básicos da Universidade de Brasília, e quando ela se formou e se consolidou como uma boa universidade. Brasileiros, formados, inclusive, no Brasil, alguns latino-americanos, que são, digamos, como

nós, mas europeus de várias procedências, alemães... Os alemães, aqui, foram muito interessantes. E franceses, italianos e portugueses, e americanos. Resultado. Essa composição heterogênea no corpo de professores é que, como eu digo, foi muito útil, do ponto de vista da ciência, porque vieram, assim, componentes de várias origens, e confrontavam tradições científicas, contribuições científicas, conhecimento científico do mais alto nível. Do mais alto nível. Então eu acho que isso é... Eu transporto isso, justamente, para a própria experiência no campo de estudo de relações internacionais. É preciso conectar-se. Hoje em dia, não vem mais, porque nós temos uma oferta já de professores doutores enorme. Por exemplo, os jovens aqui, que entraram recentemente, quase todos são formados aqui ou formados no Brasil em cursos de doutorado de relações internacionais. Então, eles... Não há mais essa composição. Porque para fazer um concurso, é difícil vir um francês, um alemão, um italiano, um americano aqui, agora, um argentino mesmo. É difícil. Aqui, tem tantos brasileiros, quando a gente tem uma vaga ou duas em concurso aqui, de professor, tem quinze candidatos; e todos eles têm doutorado, têm trajetória acadêmica, publicações etc. Fica até difícil escolher. Mas é o que está acontecendo agora. É muito diferente dos anos 1970.

C. C. – Muito bem. Bom, professor, eu já cumpri. Não sei se tem alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar, que tenha ficado.

A. C. – Não. Nós conversamos muito bem. Heterogeneamente, como se diz. Conversamos muito bem.

C. C. – Eu lhe agradeço muito, mais uma vez, pela sua contribuição ao nosso projeto.

A. C. – Foi um prazer.

FINAL DA ENTREVISTA